

João Marcelo Brito da Silva

Mestrando em Ciências Histórico-Jurídicas, na especialidade

Teoria do Direito, pela Universidade de Lisboa.

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Farias Brito.

Membro associado à ABRAFI. Advogado.

Jurisdição Constitucional

*O controle do voluntarismo judicial em face
da banalização dos princípios constitucionais*



Belo Horizonte

2022



Copyright © 2022 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA.

www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza
(*in memoriam*)

Coordenação Editorial: Letícia Neves

Diagramação e revisão: Know-how Editorial

Capa: JP Designer

Editora:

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24
Centro – Belo Horizonte – MG
CEP 30190-050

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284 / 3293-8233
vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editorial@editoradelrey.com.br

CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchall
Antônio Augusto Cançado Trindade
(*in memoriam*)
Antonio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Galo Júnior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira

S586j Silva, João Marcelo Brito da

Jurisdição constitucional: o controle do voluntarismo judicial
em face da banalização dos princípios constitucionais / João Marcelo Brito
da Silva. - Belo Horizonte : Del Rey, 2022.

xii; 144 p.

Bibliografia: p. 123-132.

ISBN: 978-65-00-49243-9

1. Direito constitucional. 2. Controle da constitucionalidade.
3. Jurisdição. I. Título.

CDU 342.56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1	
CONSTITUIÇÃO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	5
1.1 Do Estado e de sua Constituição.....	6
1.1.1 O constitucionalismo moderno	12
1.1.2 A supremacia da Constituição.....	17
1.2 O modelo norte-americano	20
1.3 O modelo austríaco.....	23
1.4 O modelo brasileiro	26
Capítulo 2	
TEORIA DAS NORMAS FUNDAMENTAIS.....	29
2.1 Regras e princípios fundamentais.....	34
2.2 A técnica da ponderação em face do choque de princípios fundamentais	43

Capítulo 3

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E HERMENÊUTICA...	51
3.1 Norma e horizonte de sentido.....	54
3.2 Liberalismo e hermenêutica	60
3.3 Comunitarismo e hermenêutica	62
3.4 Procedimentalismo jurídico e hermenêutica	63

Capítulo 4

BANALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E VOLUNTARISMO JUDICIAL.....	73
4.1 Norma-princípio da igualdade, republicanismo e a Ação Penal n. 937: considerações.....	74
4.2 Norma-princípio do direito à vida e o Habeas Corpus n. 124.306	85
4.3 Norma-princípio da não culpabilidade, HC 126.292/STF e ADC 43.....	97

Capítulo 5

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE FEITO PELO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS....	103
5.1 O Decreto da República n. 32/III e o Imposto Extraordinário Retroativo.....	104
5.2 Decreto n. 41/III e interrupção voluntária da gravidez....	108
5.3 A eutanásia e o Acórdão n. 173/2020	112
CONCLUSÃO.....	117
REFERÊNCIAS.....	123